



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS
INSPETORIA REGIONAL DE ARCOVERDE



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE MARCIO NUNES SANTOS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c4ae447f-5f3c-4818-a7f0-8021d0e18793

Ofício de Auditoria AUD05		Nº	Data:
		001/2016	08/08/2016
Da:	IRAR		
Para:	Fundo Previdenciário do Município de Solidão		
Ref.:	Exercício de 2015	Assunto:	Solicitação de Documentos

Arcoverde, 08 de Agosto de 2016.

Ilma. Senhora Gerente:

Na qualidade de Auditores das Contas Públicas designados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de PE, para proceder a Auditoria referente ao Processo de Prestação de Contas de Gestão nº 16100352-7, exercício financeiro de 2015, solicitamos conforme a Resolução TC nº 19/2014, fornecer **no prazo de 1 dia útil** a documentação abaixo:

- 1) Expediente de cobrança administrativa e/ou judicial acerca de contribuições não repassadas ao Instituto no exercício 2015;
- 2) Avaliações Atuariais e Demonstrações de Avaliação Actuarial dos exercícios 2015 e 2016;
- 3) Notas de Empenhos com os respectivos comprovantes de pagamentos do exercício 2015;
- 4) Comprovantes de recolhimentos das contribuições ao órgão, mês a mês, do exercício de 2015;
- 5) Cópia dos ofícios ou outros instrumentos de cobrança enviados pelo gestor do Fundo Previdenciário aos titulares dos órgãos e entidades da Administração Municipal para os casos de atrasos no repasse das contribuições sociais normais e das parcelas dos débitos previdenciários;
- 6) Fichas individualizadas dos servidores segurados;
- 7) Lei de criação do Fundo Previdenciário (e alterações posteriores, se for o caso);
- 8) Licitações formalizadas no exercício de 2015;

*Recebido em
09/08/2016
(assinatura)*

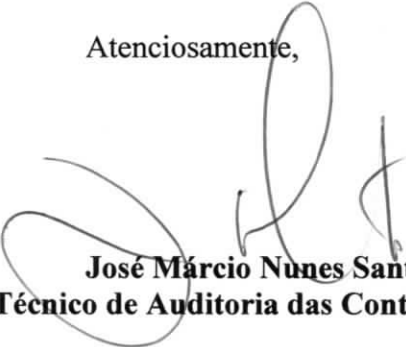


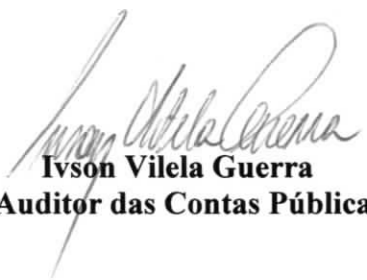
**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS
INSPETORIA REGIONAL DE ARCOVERDE**

- 9) Contratos em vigor no exercício de 2015 (mesmo formalizados em exercícios anteriores); e,
- 10) Qualificação Civil (Nome completo, CPF, endereço e estado civil) do Gestor do Fundo, Prefeito, membros da Comissão de Licitação e membros do Conselho Fiscal do FUNPRESOL, todos relativos ao exercício de 2015.

Cumpre, ainda, lembrar que o não atendimento (injustificado) poderá acarretar as sanções previstas no artigo 73, inciso IV, da Lei Estadual nº 12.600, de 14 de junho de 2004 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco).

Atenciosamente,


José Márcio Nunes Santos
Técnico de Auditoria das Contas Públicas


Ivson Vilela Guerra
Auditor das Contas Pública

Ilma. Senhora
MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA
Gerente do FUNPRESOL
Solidão – PE

